

RECURSO ESPECIAL Nº 1.640.221 - RJ (2016/0308843-6)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL
PETROS
ADVOGADOS : CARLA BARRETO E OUTRO(S) - RJ047588
MARCUS FLÁVIO HORTA CALDEIRA E OUTRO(S) -
DF013418
MARIANA LOPES DOS SANTOS - RJ115112

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Recurso Especial interposto pela **UNIÃO** contra acórdão prolatado, por maioria, pela 3ª Seção do Tribunal Regional Federal da 2ª Região no julgamento de Embargos Infringentes, assim ementado (fls. 1.060e):

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS INFRINGENTES EM APELAÇÃO CÍVEL. HONORÁRIOS. SUCUMBÊNCIA DA UNIÃO. VALOR ADEQUADO.

1. *A UNIÃO, sucessora da petromisa (Lei nº 8.029/90), foi condenada a pagar à Petros mais de R\$ 9 milhões em razão da extinção da estatal e da conseqüente retirada do plano de previdência complementar de seus empregados e assistidos, tendo a 8ª Turma Especializada, por maioria, reduzido os honorários para R\$10 mil.*
2. *Para não onerar demasiadamente o ente federal, a verba honorária fixada em percentual inferior a 10% é compatível com a exegese do art. 20, § 4º do CPC, específica para definir a sucumbência em causas em que é vencida a união, fora dos limites do §3º, do mesmo dispositivo. Precedentes.*
3. *Trata-se de causa com valor considerável, cujo processo teve início em 1998, "portanto 15 anos atrás, contando com quase 1.000 páginas, e em momento algum os advogados da parte vencedora foram negligentes com os interesses de seus constituintes".*
4. *Nas circunstâncias do caso, revela-se adequada a verba honorária equivalente a 1% do valor da condenação, maior do que a quantia fixa de R\$10 mil e inferior ao percentual de 10% proposto pelo Relator originário do acórdão embargado, além de ser suficiente e proporcional para remunerar adequadamente os serviços advocatícios da parte vencedora.*
5. *Embargos infringentes parcialmente providos.*

Com amparo no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, aponta-se ofensa aos dispositivos a seguir relacionados, alegando-se, em síntese, que:

- I. Art. 1º do Decreto n. 20.910/1932 – teria transcorrido o prazo prescricional para a habilitação dos créditos porquanto “O primeiro marco se tem com o advento da Lei nº 8.029/1990, que, como visto, determinou a dissolução da Petromisa e a assunção de seus débitos pela União Federal. Outra referência é o encerramento do processo de liquidação da Petromisa, ocorrido em 21.01.1992 (ata juntada em fls. 79/81). Por sua vez, a presente ação somente foi proposta em 26/02/1998. Nesse contexto, verifica-se nitidamente que seja levando em consideração a data da dissolução da Petromisa (1990); ou o encerramento do processo de liquidação (1992), já teria eclodido a prescrição quinquenal prevista no artigo 1º do Decreto 20.910/32, uma vez que a demanda em tela foi ajuizada apenas no ano de 1998”.

Com contrarrazões (fls. 1.090/1.095e), o recurso foi admitido (fls. 1.099e).

Feito breve relato, decido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 1973.

Nos termos do art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, combinado com o art. 34, XVIII, do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a negar seguimento a recurso ou a pedido manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante da respectiva Corte ou Tribunal Superior.

No que se refere à questão ocorrência do lapso prescricional previsto no art. 1º do Decreto n. 20.910/1932, observo que a insurgência carece de prequestionamento, uma vez que não foi analisada pelo tribunal de origem.

Com efeito, o prequestionamento significa o prévio debate da questão no

tribunal *a quo*, à luz da legislação federal indicada, com emissão de juízo de valor acerca dos dispositivos legais apontados como violados.

No caso, o tribunal de origem não analisou, ainda que implicitamente, a aplicação do suscitado art. 1º do Decreto n. 20.910/1932.

É entendimento pacífico desta Corte que a ausência de enfrentamento da questão objeto da controvérsia pelo tribunal *a quo* impede o acesso à instância especial, porquanto não preenchido o requisito constitucional do prequestionamento, nos termos da Súmula 282 do Colendo Supremo Tribunal Federal: "é inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada".

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL E CONSUMIDOR. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ENSINO SUPERIOR. PRETENSÃO DE DEVOLUÇÃO DAS TAXAS DE DIPLOMA. PRAZO PRESCRICIONAL. FATO DO SERVIÇO. ARTIGO 2º DA LEI N. 9.870/1999. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 282 DO STF.

1. No caso, não há se falar em violação do art. 26, inciso II, do Código de Defesa do Consumidor, porquanto inaplicável o prazo decadencial a que alude este artigo, uma vez que não se trata de responsabilidade do fornecedor por vícios aparentes ou de fácil constatação existentes em produto ou serviço, mas de danos causados por fato do serviço, consubstanciado pela cobrança indevida da taxa de diploma, razão pela qual incide o prazo quinquenal previsto no art. 27 do CDC.

2. O artigo 2º da Lei n. 9.870/1999 não foi apreciado pelo Tribunal de origem, carecendo o recurso especial do requisito do prequestionamento, nos termos da Súmula n. 282 do STF.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.327.122/PE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 08/04/2014, DJe 15/04/2014 – destaques meus).

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. ENQUADRAMENTO. LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADA. CÔMPUTO COMO TEMPO EFETIVO DE EXERCÍCIO. LEI 11.091/05. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. SÚMULA 83 DO STJ. FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA NÃO ATACADO. SÚMULA 182 DO STJ. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA.

1. A orientação do STJ é de que, se a licença-prêmio não gozada foi

computada como tempo efetivo de serviço, para fins de aposentadoria, conforme autorização legal, não pode ser desconsiderada para fins do enquadramento previsto na Lei 11.091/05.

2. É inviável o agravo que deixa de atacar os fundamentos da decisão agravada. Incide a Súmula 182 do STJ.

3. Fundamentada a decisão agravada no sentido de que o acórdão recorrido está em sintonia com o atual entendimento do STJ, deveria a recorrente demonstrar que outra é a positivação do direito na jurisprudência do STJ.

4. A tese jurídica debatida no Recurso Especial deve ter sido objeto de discussão no acórdão atacado. Inexistindo esta circunstância, desmerece ser conhecida por ausência de prequestionamento. Súmula 282 do STF.

5. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.374.369/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/06/2013, DJe 26/06/2013 – destaques meus).

Posto isso, com fundamento no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, **NEGO SEGUIMENTO** ao Recurso Especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora